

Senado quer criar regras para aprovar negociações

De Brasília

As negociações do Brasil com outros países para acordos comerciais poderá, ainda esse ano, passar por um controle mais estrito do Congresso Nacional, segundo projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), aprovado nesta semana pela Comissão Parlamentar do Mercosul, que deve ser votado nos próximos dias pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

O projeto determina que o referendo do Congresso para acordos internacionais só ocorrerá quando esses tratados criarem condições para alcançar, entre outras metas, modificar a composição do conjunto de exportações brasileiras, para aumentar a participação de produtos com maior valor agregado (submetidos a processamento industrial). Se aprovado o texto em discussão no Senado, os negociadores brasileiros terão de prestar contas periódicas e buscar, como "resultados imediatos" objetivos como a aprovação de calendário "estrito e definitivo" para a redução "acelerada" e eliminação de subsídios agrícolas.

O projeto conta com a simpatia e recebeu elogios dos senadores da comissão, presidida pelo próprio Suplicy, e cria normas estritas para a negociação, pelos diplomatas, de tratados como a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a rodada de liberalização da Organização Mundial do Comércio (OMC) e acordos de livre comércio com outros países e blocos. Ainda sem conhecer os termos incluídos por Suplicy, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, fez um elogio cauteloso à iniciativa.

"É útil e reforça nossa posição contar com diretrizes, como o governo dos Estados Unidos conta com a trade promotion authority (autoridade de promoção comercial)", comentou o ministro, que pediu, porém, regras "bem-feitas" para evitar limites excessivos aos negociadores: "se o projeto determinar que não se pode aceitar nenhuma negociação que não reduza a zero as barreiras aos produtos brasileiros, inviabiliza qualquer acordo, até um que baixe a quase zero essas barreiras", exemplificou. O projeto lista objetivos em termos genéricos e não há um artigo com esse tipo de exigências, mas alguns dos 19 "resultados imediatos" listados pelo senador para os negociadores tocam em pontos polêmicos nas negociações internacionais, como a exigência de adaptação dos acordos sobre patentes a necessidades de desenvolvimento, permissão para restrições ao comércio em caso de problemas nas contas externas.

O projeto, após aprovado pela comissão, poderá ser enviado diretamente para apreciação da Câmara, caso nenhum senador peça sua discussão no plenário. Na Câmara, terá de passar por pelo menos duas comissões e pelo plenário. (SL)